

Retratos socioeducacionais Brasil-África em tempos pandêmicos: uma entrevista com Jorge Ferrão - Magnífico Reitor da Universidade Pedagógica de Maputo

Brazil-Africa socio-educational in pandemic times: an interview with Jorge Ferrão - Magnificent Rector of the Pedagogical University of Maputo

Beatriz Brandão¹; Maylta dos Anjos²

1 Doutora em Ciências Sociais, USP, São Paulo, Brasil, - E-mail: brandao.beatrizm@gmail.com /ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1481-8634>

2 Doutora em Ciências Sociais, UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil - E-mail: maylta@yahoo.com.br /ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6272-5056>

Palavras-chave:

Pandemia. Educação.
África. Moçambique.
Brasil. Covid-19.

RESUMO: Brasil e Moçambique são países ligados pela mesma língua materna, por processos de colonização, pela literatura, arte e imigração. Ao mesmo tempo, se constroem por bases históricas, culturais, etapas colonizatórias e trajetórias particulares. A educação tem sido uma linguagem referencial de comunicação entre ambos os países, e o contexto da Covid-19 muito os afetou nesse setor. Historicamente, Moçambique e Brasil intercambiam estudantes, especialmente pelo impulso fornecido pela Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024), decretada pela ONU. Em março, Brasil e Moçambique decretaram a quarentena para seus cidadãos, com o encerramento das atividades escolares para evitar a propagação do novo coronavírus nos países. Nesta entrevista, concedida pelo Professor Doutor Jorge Ferrão, Reitor da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM) - a primeira universidade pública criada no pós-independência - nos abre questões importantes para pensarmos o que conecta e distancia as realidades moçambicanas e brasileira; seus respectivos desenvolvimentos político-sociais e suas particularidades; o impacto da pandemia na educação em Moçambique e como podemos pensar sobre novas propostas educacionais.

Keywords:

Pandemic. Education.
Africa. Mozambique.
Brazil. Covid-19.

ABSTRACT: Brazil and Mozambique are countries linked by the same mother tongue, by colonization processes, by literature, art and immigration. At the same time, they are built on historical, cultural bases, colonization stages and particular trajectories. The education has been a reference language of communication between both countries, and the context of Covid-19 has greatly affected them in this sector. Historically, Mozambique and Brazil exchange students, especially due to the impetus provided by the International Decade of People of African Descent (2015-2024), decreed by the UN. In March, Brazil and Mozambique decreed the quarantine for their citizens, with the end of school activities to prevent the spread of the new coronavirus in countries. In this interview, given by Professor Doctor Jorge Ferrão, Rector of the Pedagogical University of Maputo (UPM) - the first public university created in the post-independence period - it opens important questions for us to think about what connects and distances the Mozambican and Brazilian realities, their respective political-social developments and their particularities; the impact of the pandemic on education in Mozambique and how we can think about new educational proposals.

Introdução

Brasil e Moçambique são países ligados pela mesma língua materna, por processos de colonização, pela literatura, arte e imigração. Ao mesmo tempo, se constroem por bases históricas, culturais, etapas colonizatórias e trajetórias particulares. Em meio às suas dissonâncias e encontros, partilham histórias de vidas e desafios estruturais. O que pode Moçambique, com raízes em África, e a América Latina brasileira compartilhar e ensinar uma a outra?

A educação tem sido uma linguagem referencial de comunicação entre ambos os países, e o contexto da Covid-19 muito os afetou nesse setor. Historicamente, Moçambique e Brasil intercambiam estudantes, especialmente pelo impulso fornecido pela Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024), decretada pela ONU. A cooperação internacional África-Brasil/Brasil-África fortifica as bases de uma troca intelectual e colaboração sistêmica de um pacto Sul-Sul, em contante expansão e aprofundamento. Em março, Brasil e Moçambique decretaram a quarentena para seus cidadãos, com o encerramento das atividades escolares para evitar a propagação do novo coronavírus nos países.

Nessa entrevista, gentilmente concedida pelo Professor Doutor Jorge Ferrão, Reitor da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM) - a primeira universidade pública criada no pós-independência - nos abre uma miríade de questões e diálogos importantes para pensarmos o que conecta e distancia as realidades moçambicanas e brasileira; seus respectivos desenvolvimentos político-sociais e suas particularidades; o impacto da pandemia na educação em Moçambique e como podemos pensar sobre novas propostas educacionais. Isso tudo ao nos contar sua trajetória profissional e como se entrelaçam com os eventos históricos.

Jorge Ferrão é um educador de notável destaque na vida política e na educação, sendo convidado para essa entrevista, também, pelo seu profundo conhecimento de Moçambique e do Brasil, já que realizou seu Doutorado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, finalizado em 2002. Assim como obteve uma qualificação em Pós-Graduação em Estudos sobre Organização Mundial do Comércio e as Cláusulas Ambientais, pela Universidade de São Paulo, em 1999. De 2007 a 2014 foi Reitor da Universidade Lúrio, a terceira universidade pública moçambicana e a segunda criada no país pós-independência. É membro da Academia de Ciências de Moçambique e da Academia de Ciências de Lisboa. De 2015 a 2016, assumiu o cargo de Ministro da Educação e Desenvolvimento Humano¹ e, atualmente, é Reitor da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM).

¹ Para mais informações sobre o entrevistado, acessar: <https://www.fcnm.up.ac.mz/reitoria/o-reitor/conhe%C3%A7a-o-reitor>

Em nossa conversa, revelou que a educação segue com muitas dificuldades no período pandêmico e que o isolamento “foi um exercício complexo e inimaginável, em que houve um esforço para combater os fracos resultados educacionais”. Um dos desafios foi referente ao baixo acesso à internet, como dito pelo Reitor, pois “apenas 35% dos estudantes conseguiam ter acesso às plataformas e com custos elevados para acesso à internet”. Por fim, atento à Década Internacional dos Afrodescendentes, e como os acontecimentos contemporâneos podem afetar seu desenvolvimento, nos aciona e mobiliza para uma educação anti-racista, o que se torna cada vez mais imprescindível: “num ano em que os movimentos anti-racistas ganham corpo, como vencer o racismo sistêmico seria a pergunta ideal”, afirma Ferrão.

Confirmam a entrevista realizada na motivação de que o eixo Sul-Sul alcance modos de superação das marcas do colonialismo e não haja a reintrodução de modelos neocoloniais nos processos e modelos educacionais.

1. É um imenso prazer poder conversar com o senhor, poderia iniciar nossa entrevista contando um pouco de sua trajetória na educação e na política?

Começaria respondendo sua questão recordando um provérbio da região onde nasci, norte de Mocambique, genuinamente uma sociedade matriarcal que, apesar da sua decadência, face à modernidade e as múltiplas mudanças societárias, continua usando os provérbios como uma importante fonte de conhecimento e transmissão de valores. Para esse povo, onde nascemos nunca importa. “... a luz com que vêes os outros é a luz com que os outros te veem a ti...”. Não importa o lugar onde nascemos, importa sim, o legado que deixamos para a nossa terra e para o mundo.

Iniciei a carreira profissional como professor do ensino secundário, em Tete, Angonia, em 1980. A essa altura, Mocambique tinha alcançado sua independência (no ano de 1975), por via de uma luta armada que deixou o tecido social e econômico muito dilacerado. A possibilidade de introdução de um regime socialista, e a ascensão de negros ao poder governativo, precipitaram a fuga massiva de técnicos da saúde, educação, administração pública e de outras áreas vitais. Moçambique, de um momento para o outro, se viu destituído desse capital humano e, como consequência, teve de optar por um modelo de substituição imediata memorável. Assim, foram interrompidos os estudos de vários jovens, sendo forçados, “obrigados” a enveredar por carreiras nunca antes imaginadas.

Essa geração continua sendo designada por “geração oito (8) de Março” e, grosso modo, foram aqueles que asseguraram a transição no pós-independência e que, continuam, no

ativo colaborando para o desenvolvimento do país. Após esse momento, voltei ao ensino superior e, paralelamente, fiz um curto percurso em jornalismo e audio-visuais, com apoio de técnicos brasileiros emigrados do Chile, devido ao golpe de Estado de Salvador Allende. Me apaixonei, nesse período, igualmente, pelos programas de conservação de parques nacionais e conservação da biodiversidade e, aprimorei meus estudos na área. O potencial nesse campo continua incalculável e os nossos países, do hemisfério sul, possuem mais de 12% dos seus territórios consignados aos parques e reservas nacionais, potencial que precisa de ser melhor explorado.

Em 2002, depois de cerca de 13 anos vivendo na diáspora - Zimbabwe, Brasil, França - regressei a Moçambique e, como primeira tarefa, ajudei a criar o Parque Nacional do Limpopo (PNL) que, rapidamente, se integrou no Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo, (PTGL/GLTP) com o Kruger da África do Sul e o Gonarezhou do Zimbabwe, o que ganhou repercussão inimaginável. PTGL continua sendo um dos mais notáveis e rentais parques transfronteiriços do continente. Em 2007 fui nomeado, pelo Presidente da República de Moçambique, Reitor de uma universidade pública, que foi estabelecida pela primeira vez, fora da capital do país: Universidade Lúrio. Eventualmente, o maior desafio que alguma vez tive na vida e do qual tenho o maior orgulho.

2- O senhor foi um pesquisador incluído na cooperação internacional África-Brasil/Brasil-África. No final da década de 1990 concluiu a Pós-Graduação em Sociologia Rural na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Como foi a experiência com a educação brasileira nesse período? Quais são os marcos que destacaria desse momento político?

O Brasil, pela sua diversidade racial e por ser grande tal qual um continente, será sempre um país especial. No imaginário de qualquer falante de língua portuguesa (e não só deles), o Brasil tipificava o pequeno paraíso, terrestre, que vivia de futebol, carnaval e das novelas. Isso, fazia parte do imaginário. Porém, vivendo e estudando no Brasil, compreendi melhor suas complexidades e assimetrias. Entender o Brasil, passou por uma leitura cuidada do clássico “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda (1995).

Verdade que não se pode entender a sociedade brasileira sobre um ponto de vista redutor, numa narrativa de dominação oligárquica e, muito menos nessa visão totalizadora e sem mácula. O Brasil, se fez com base na escravidão e, os reflexos dessa base econômica e social, teve consequências estratificadas e insolúveis.

A modernidade, e um maior acesso a educação, o final de regimes totalitários e a substituição por regimes democráticos e neo-liberais, provocaram mudanças societárias fundamentais. Ainda assim, o Brasil, continua um amarfanhado de problemas, com a igreja e a fé se confundindo mutuamente, com uma elite presa a tendências racistas e com um culturalismo que não sabe distinguir o passado e as origens, dos modelos copiados do ocidente.

O Brasil possui 2448 instituições de ensino superior. Só as públicas² são 199, porém, as oportunidades continuavam restritas e muito limitadas às elites. O conhecimento científico teve já o condão de fazer, dessa economia, uma das mais robustas do continente sul-americano e, convenhamos, do grupo das dez maiores do mundo. No entanto, a redistribuição da riqueza permanece um desafio. Sem uma equitativa redistribuição da riqueza, os conflitos sociais continuaram fazendo parte do “modus vivendo” e da instabilidade política e social.

O Brasil me pareceu um país único para vivenciar como a fé e a religião se sobrepõem a racionalidade e ao aceitável. Muito tênue a linha que separa tanta religiosidade e fé em crenças, que vão desde o candomblé e terminam no cristianismo.

O Brasil precisa se reencontrar e exercer uma liderança diferente junto aos países da América Latina e, dos próprios países cuja língua oficial é o português. Apesar de todas as conjunturas, continuidades, rupturas e descontinuidades, tenho um sentimento de gratidão por esse povo e país, que o abraço e faço, dele, minha segunda pátria. O Brasil tem essa capacidade de, sutilmente, encobrir questões essenciais, como afirma Jessé de Souza (2017), no seu livro, “A elite do atraso”.

3- Estamos vivendo um momento de crise único, uma pandemia que afeta todos os países, mas não da mesma maneira. Como o senhor avalia o impacto da Covid-19 nos países do eixo Sul-Sul, com imensa desigualdade social, especialmente no Brasil e em Moçambique?

Lamento, em primeiro lugar, o número de vítimas no Brasil. Milhares de brasileiros não podem ser tidos como números estatísticos. São famílias que se destruíram, sonhos desfeitos capital humano que ainda poderia contribuir para o crescimento e na luta pelas igualdades. O Covid-19 tem impactado, de diferentes formas, nas esferas da economia e da educação, no mundo, no Brasil e em Moçambique, em particular.

Quase todas as economias tiveram de rever, em baixa, as suas taxas de crescimento e o número de empresas que encerram não pára de crescer. Se a pandemia chegou, de forma

² Em Moçambique, as universidades públicas são designadas as estruturantes, enquanto as privadas são as complementares

silenciosa e mortífera, o desemprego e a falta de esperança tem andado juntos, com ruídos muito estrondosos. Até os funerais, curiosamente, foram vítimas da pandemia.

Em cerca de 160 países do mundo, o setor da educação paralisou suas escolas primárias e secundárias, bem como as suas instituições de Ensino Superior, e calcula-se que mais de 1,7 bilhões de estudantes ficaram em casa, para além de 63 milhões de professores que se viram privados de, presencialmente, contribuir para o aumento da curva de conhecimento dos jovens e das crianças, com implicações gravíssimas aos ganhos dos últimos anos.

Em Moçambique, são cerca de 8,4 milhões de alunos, dos diferentes subsistemas de ensino (geral, formação de professores e técnico- profissional), pouco mais de 14 mil escolas paralisadas e um total de mais de 156 mil professores que não podem dar a sua contribuição e aguardam, de forma paciente, para a retomada.

4 - O senhor já foi ministro da educação, durante 2015 e 2016 e, atualmente, é reitor da segunda maior e primeira universidade pública do pós-independência, em Moçambique. Pode comentar quais as mudanças da educação nesse período no país?

Com a independência de Moçambique, em 1975, o país se deparou com uma estrutura patrimonial do sistema colonial, tanto material como humana. A essa altura, o índice de analfabetismo era de 90% e, 45 anos depois, baixou para 35%.

Temos um sistema primário de 7 classes e um secundário de 5, que foram revistas e, agora passam a 9 anos e 3 respectivamente. Existem cerca de 8 milhões de crianças e mais de 13.800 escolas. Porém, essas escolas estão desprovidas de equipamentos e professores capacitados. O rácio aluno-professor se situa na ordem dos 1/65 e, nas escolas secundárias, pode alcançar 1/90.

Diante dessas dificuldades prover um ensino de qualidade e, para a vida, tem sido o maior desafio. Existe uma disparidade preocupante nas escolas das principais cidades e nas zonas rurais, sendo essas a mais descapitalizadas. Porém, a política governamental tem sido a de “não deixar ninguém para trás”.

As maiores mudanças que necessitam ser feitas passam por ajudar o Currículo escolar, baseado em competências e que ensine o aluno a saber fazer. Mudar a estrutura de formação de professores e assegurar um ensino bilingue, além de baixar o rácio aluno-professor para níveis mais sustentáveis.

Finalmente, assegurar que exista uma carreira docente, valorizada e que estimule a captação dos melhores talentos para o sector da educação. Atualmente, os professores

existentes não são os mais competentes e dotados. Esse trabalho está sendo feito, porém, o país carece de recursos para alcançar resultados mais satisfatórios. Um ensino mais técnico seria, também, desejado, entretanto as escolas técnicas ainda são mínimas e não respondem a demanda para as áreas de agricultura, pescas, indústrias e, agora, do mercado tecnológico, do gás e petróleo.

5 - Quais os desafios específicos nos cargos de ministro e de reitor?

A gestão educativa e universitária passam pelas questões de acesso. Acesso significa ingresso e qualidade de ensino providenciado. Esse binômio não tem sido fácil de alcançar. Um provérbio diz que quando a cobertura é curta, temos de saber dobrar as pernas para não ficarmos expostos ao frio.

Nosso sistema de ensino primário recebe meio milhão de crianças por ano e, no final de 3 anos, elas não aprendem a ler, calcular e nem escrever. As Universidades, em sua globalidade, possuem cerca de 200 mil estudantes e estão longe de corresponder a demanda. Falta infraestrutura e recursos para inovar, para as tecnologias de comunicação, informação e para pagar salários decentes aos professores e funcionários.

Fazemos educação por amor, mas com responsabilidade. Isso não chega. O neoliberalismo converteu educação em mercadoria e a iniciativa privada separa, ainda mais, os que possuem recursos e os que não os tem. Um país com 30 milhões de pessoas que tem mais de 65% com cerca de 19 anos, tem um problema de emprego difícil de resolver. Quando não existem oportunidades de emprego e, as armas ainda não se reconciliaram, facilmente, pode convencer e levar esses jovens, marginalizados, a seguir pelos caminhos da violência. Cabo Delgado pode ser um exemplo, alicerçado num aparente conflito religioso ou civilizacional, mas, acima de tudo, uma luta pelo reconhecimento.

Portanto, as questões são profundas e próprias de um país, e um setor, que se pretendem formar, mas que não estão alheios aos problemas estruturais e, muito menos, aos conjunturais.

6- O senhor tem uma trajetória em que a América Latina e o continente africano dialogam. Fez doutorado e pesquisa no Brasil, além de manter contato com nossas pautas políticas. Como o senhor avalia a perspectiva anti-colonial e decolonial e suas influências na educação latino-americana e africana?

Eventualmente, uma das questões mais complexas para serem analisadas e respondidas. Me parece um equívoco comparar os processos políticos, econômicos e sociais dos nossos países, tendo por substrato seu passado, mais recente ou longínquo, e à geopolítica. Brasil e Moçambique podem ser solidários e irmãos, mas, tem trajetórias distintas.

O Brasil vive uma crise sanitária, com uma sociedade dividida em meio a políticas públicas e modelos de governação, com tons e caráter existenciais. Moçambique, por outro lado, tenta sair de sucessivos conflitos armados, violentos, que atrasam, sobremaneira, a implementação de políticas de apoio social, sobretudo nas áreas da educação, saúde e agricultura.

As marcas do colonialismo português, em Moçambique, ainda continuam por ser ultrapassadas e o neoliberalismo força a reintrodução de modelos neocoloniais. Há profunda dependência no capital externo e nos investimentos para projetos e programas que criam dependência. Continuamos com a agricultura como fator de desenvolvimento e ela tem uma base familiar e não competitiva.

O Brasil não passou, nem de longe e nem de perto, por essa violência colonial, tendo gerado uma indústria profícua, agricultura, agronegócios estruturados e competitivos, e tem, sobretudo, implementado programas estruturais na indústria e na inovação. Podemos assumir que o Brasil ainda precisa de fortificar a sua base econômica e gerar mais oportunidades de renda para as classes mais desfavorecidas, porém, criou estrutura para competir e sobreviver a falta de investimento estrangeiro, portanto, a dependência. O Brasil tem inovação e capacidade tecnológica capaz de ser auto-sustentável e resolver os problemas sociais, caso, altere algumas das políticas públicas.

Moçambique, infelizmente, apesar dos mais de 5 mil jovens que fizeram sua formação superior em universidades brasileiras, ao longo de 30 anos de cooperação, não criou essa base industrial e nem capital financeiro para ser autossustentável. Convenhamos que o orçamento de Estado ainda depende de doações e apoios. Moçambique concentra esforços e musculatura financeira para ultrapassar conflitos étnicos, agora do extremismo islâmico e outros derivados dos processos eleitorais.

Dessa forma, as nossas pautas políticas são distintas. Aquilo que nos aproxima, nomeadamente, faz parte de uma comunidade que fala a mesma língua, temos gerado um mercado comum, dentro de regras de bom senso e acordos de cavalheiros, com fluxos de mercadorias que circulam em ambos países. Temos projectos na área de carvão e agricultura, mas a balança comercial somente favorece o Brasil.

Verdade que somos povos irmãos e com um passado histórico com pontos convergentes. Contudo, o que nos separa, pode ser bem maior que tudo isso. Estamos separados, então, pela competitividade, pelo atraso na inovação e na indústria, pelos valores e princípios que defendemos no concerto das nações. As nossas pautas políticas, também, se regem por valores variados.

7- Como está o cenário atual da educação em Moçambique em tempos de coronavírus? Quais as principais mudanças tiveram que fazer? E, sobretudo, quais o senhor avalia que ainda podem perdurar?

As escolas encerraram, o bem-estar das crianças está em grande risco. Se considerarmos que existem mais de 14 milhões de crianças, mais de metade da população, elas formam o grupo menos afetado diretamente pela infecção da Covid-19, quando comparado com as populações mais idosas.

No entanto, como os efeitos indiretos das medidas de combate à pandemia se refletem nas realidades sociais e econômicas das cidades e comunidades, os impactos a curto, médio e longo prazo nas crianças e adolescentes não podem continuar a ser ignorados. Verificamos um empobrecimento ou aumento da gravidade da pobreza, associado à redução das oportunidades de aprendizagem, as barreiras à sobrevivência e à saúde aumentaram, assim, como os riscos de violência, abuso e exploração de crianças em situações precárias.

A educação segue estas dificuldades como parte da sociedade. Na realidade, confinar foi um exercício complexo e inimaginável. Houve um esforço para combater os fracos resultados educacionais. Antes da pandemia, em 2016, apenas 4,9 % dos alunos do 3º ano tinham capacidade desejada de ler e escrever; 26 % das crianças, dos 5 aos 12 anos de idade, não frequentavam a escola; e três quartos (68 %) das crianças dos 12 aos 13 anos não tinham concluído o ensino primário, com taxas que atingiam 86 % em Cabo Delgado. Essa província que continua em conflito, no norte do país, local onde se situam as maiores reservas de gás do país e da região da SADC³.

Dispensadas da escolaridade formal, o tempo das crianças será desviado para outras atividades de apoio à subsistência e às necessidades familiares imediatas, o que inclui a prestação de cuidados aos doentes e idosos, tarefas essas mais suscetíveis de serem realizadas por meninas e mulheres.

³ Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.
ISSN 1983-7011

8- Um dos maiores debates que a crise da pandemia trouxe foi o trabalho remoto e a EaD. O que o senhor pensa sobre essa realidade na educação?

Realizamos uma pesquisa a nível da nossa universidade, e de mais uma pública, as mais estruturadas do país e constatamos que, apenas 35% dos estudantes, conseguiam ter acesso às plataformas e com custos elevados para acesso a internet. Tivemos, no passado, uma experiência de ensino a distância, de forma inclusiva, com o apoio da UniRio, do Rio de Janeiro, mas, uma coisa é o ensino a distância e a outra são as aulas virtuais. Estudantes e docentes não estão preparados e a maior questão se prende à avaliação. Algumas experiências em instituições privadas tem sido, no entanto, bem sucedidas.

9- Levando em conta que estamos na Década Internacional dos Afrodescendentes, 2015-2024, decretada pela ONU, quais são as propositivas da Universidade Pedagógica, frente aos temas da década, num contexto pós-pandemia?

Interessante essa colocação, num ano em que os movimentos anti-racistas ganham corpo nos EUA e um pouco pelo mundo. Como vencer o racismo sistêmico seria a pergunta ideal. Eu não teria resposta. Sempre considere os racistas pessoas idiotas e ignorantes.

Ao nível da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM), as tarefas continuam claras. Continuaremos trabalhando para reformular os planos curriculares e desenhar um novo plano estratégico que englobe m plano de acção tecnológico e comprometido em providenciar competências digitais intermédias a todos.

A nossa universidade está aberta a todos os grupos sociais, todavia precisa de ser mais internacionalizada. Temos cerca de cinquenta estudantes de convênio com Angola, Brasil, Alemanha, Vietnam, Tanzânia, Venezuela e países dos grandes lagos. Porém, precisaremos continuar no caminho da internacionalização.

Finalmente, há a necessidade de resolver algumas carências de docência. Ainda existe um grande número de jovens docentes estudando fora de Moçambique, incluindo Brasil, mas levará algum tempo até que se firmem na carreira. Enquanto isso, seguiremos melhorando o acesso e tentando diminuir as altas taxas de desistência.

10- O senhor gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado?

Foi uma longa entrevista e muito oportuna. Quero aproveitar o ensejo para agradecer, uma vez mais, ao povo brasileiro pela generosidade e pelos múltiplos apoios que concede a

Moçambique. Por vezes, temos espaço em vossas instituições de ensino, servindo a cooperação com África, em detrimento de muitos brasileiros. Solidariedade não tem preço.

Terminaria com um último provérbio: “poderemos misturar açúcar e sal, mas as formigas saberão separar o açúcar e deixarão o sal para trás”. Assim, tem sido o Brasil. Ajude aos que mais necessitam e deles terá a recompensa.

REFERÊNCIAS

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, Jessé de. **A Elite do atraso: da escavidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOBRE OS AUTORES

AUTOR 1.

Pós doutoranda em Sociologia da Cultura pela Universidade de São Paulo, USP. Doutora em Ciências Sociais pela PUC-RIO. Mestra em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ. Pesquisadora do IPEA na pesquisa nacional sobre metodologias de cuidado a usuários problemáticos de drogas. É professora colaboradora da Pós Graduação em Educação e Divulgação Científica do Instituto Federal do Rio de Janeiro, IFRJ. Possui Pós Graduação/ Especialização em Políticas Públicas pela Escola de Políticas Públicas e Governo do Instituto de Pesquisa do Rio de Janeiro, EPPG-IUPERJ e Especialização em Estudos Diplomáticos pelo CEDIN. Graduada em Ciências Sociais (Licenciatura) e em Comunicação Social - Jornalismo.

AUTOR 2.

Doutora e mestre em Ciências Sociais pelo CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio. Docente e pesquisadora do Programa de pós-graduação stricto sensu em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Possui experiência na área de educação, com ênfase em ensino de ciências, atuando principalmente nos seguintes temas: educação ambiental e formação de professores. Desenvolve trabalhos de pesquisa junto aos professores da educação básica e superior, com ênfase em educação profissional e tecnológica; ensino de ciências.

Submetido em 15/10/2020

Aprovado em 20/12/2020

Publicado em 30/12/2020